

A IMPLANTAÇÃO DO EJATEC NA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: MAIS UM ATAQUE À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES¹

Hélida Lança²

Resumo

Este artigo apresenta análise realizada sobre recentes políticas educacionais implantadas na rede estadual de educação básica paulista, especificamente aquelas voltadas para o alinhamento da Educação de Jovens e Adultos aos princípios da Reforma do Ensino Médio. A partir de discussão teórica amparada nas concepções da pedagogia crítica, realizamos a análise dos documentos e orientações normativas oficiais da Seduc/SP para a implantação do EJATEC nas escolas. Concluimos se tratar de mais um ataque ao direito da classe trabalhadora à educação, na medida em que a submete ainda mais aos interesses privatistas, cujos objetivos vão na contramão do que se espera de uma educação emancipadora.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; EJATEC; Reforma do Ensino Médio.

LA IMPLEMENTACIÓN DE EJATEC EN LA RED ESTATAL DE SÃO PAULO: OTRO ATAQUE A LA EDUCACIÓN DE LOS TRABAJADORES JÓVENES Y ADULTOS

Resumen

Este artículo presenta un análisis realizado sobre las políticas educativas recientes implementadas en el sistema estatal de educación básica en São Paulo, específicamente aquellas orientadas a alinear la Educación de Jóvenes y Adultos con los principios de la Reforma de la Educación Secundaria. A partir de una discusión teórica sostenida en las concepciones de la pedagogía crítica, analizamos los documentos y lineamientos normativos oficiales de Seduc/SP para la implementación de EJATEC en las escuelas. Concluimos que se trata de un atentado más al derecho de la clase trabajadora a la educación, en la medida en que la somete aún más a intereses privatistas, cuyos objetivos van en contra de lo que se espera de una educación emancipadora.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos; EJATEC; Reforma de la escuela secundaria.

THE IMPLEMENTATION OF EJATEC IN THE SÃO PAULO STATE NETWORK: ANOTHER ATTACK ON THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULT WORKERS

Abstract

This article presents an analysis carried out on recent educational policies implemented in the state system of basic education in São Paulo, specifically those aimed at aligning Youth and Adult Education with the principles of the Secondary Education Reform. From a theoretical discussion supported by the conceptions of critical pedagogy, we analyzed the documents and official normative guidelines of Seduc/SP for the implementation of EJATEC in schools. We conclude that this is another attack on the right of the working class to education, insofar as it submits it even more to privatist interests, whose objectives go against what is expected of an emancipatory education.

Keywords: Youth and adult education; EJATEC; High School Reform.

¹Artigo recebido em 16/07/2021. Primeira avaliação em 28/07/2021. Segunda avaliação em 10/08/2021. Aprovado em 02/09/2021. Publicado em 11/11/2021.

DOI: [Doi.org/10.22409/tn.v19i40.50875](https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50875)

²Professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e diretora escolar da E. E. Oswaldo Catalano. E-mail: helida_lanca@hotmail.com;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7105410723343323>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5517-4890>.

A Educação de Jovens e Adultos na rede escolar do Estado de São Paulo

A maior rede de ensino do país segue, desde 1995, submetida a sucessivas gestões de governadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e, de acordo com números divulgados pela Secretaria da Educação em seu sítio oficial, conta com cinco mil e quatrocentas escolas, três milhões e quinhentos mil alunos, onde atuam duzentos e trinta e quatro mil trabalhadores (docentes e não-docentes). Nesses mais de vinte cinco anos de gestão tucana, muitas políticas foram implantadas na educação estadual e, embora tenham sido sempre anunciadas como excelentes saídas para as soluções dos problemas, permeadas de uma falácia constantemente esvaziada de argumentos científicos, nunca foi difícil perceber o alinhamento de tais ações ao ideário neoliberal de valorização do setor privado a partir do desmonte dos serviços públicos, cuja estratégia busca regular a existência dos indivíduos na sociedade a partir da lógica de mercado, onde cada um deve ser o empreendedor de si mesmo.

Trata-se de uma nova razão do mundo, cujo sucesso normativo pode ser descrito como político, econômico, social e subjetivo, enfim, integra todas as dimensões da existência humana. (...) O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é, em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.16-17).

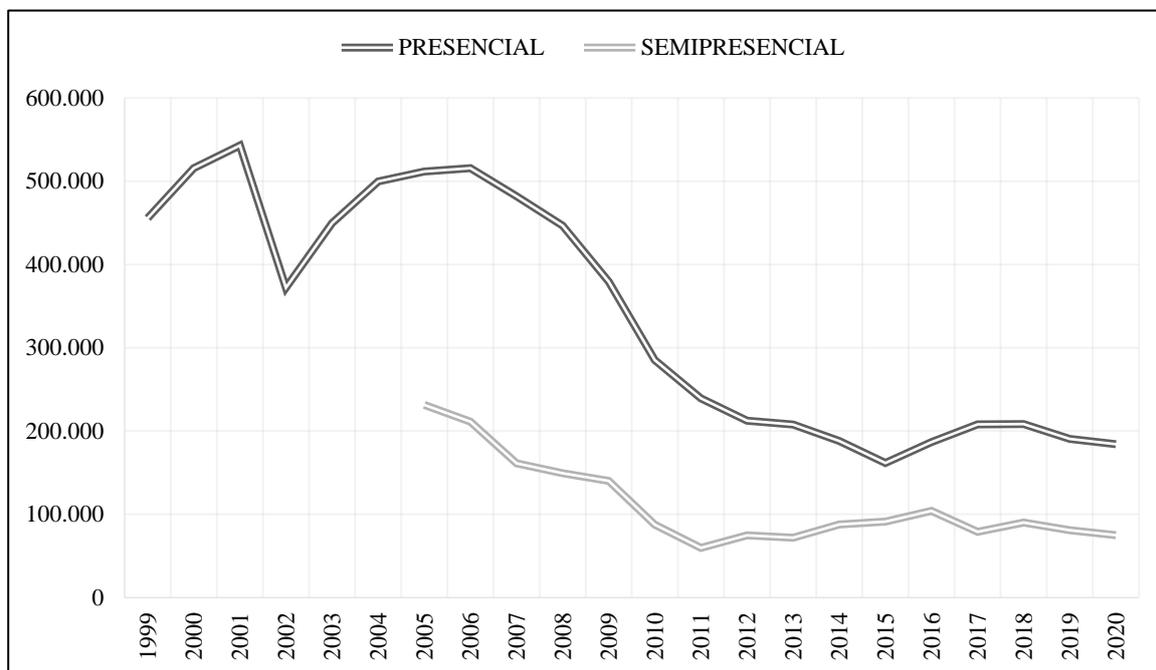
A partir do que determina essa nova racionalidade, podemos destacar as principais alterações realizadas na educação paulista, com a implantação de políticas neoliberais: reestruturação e reorganização da rede, municipalização, unificação curricular, avaliações em larga escala, contratação temporária de docentes, competição entre escolas, abertura para interferências do setor privado, pouca e má destinação de recursos e desvalorização docente.

Não é preciso ser especialista para perceber o quanto a educação estadual paulista retrocedeu desde então. Um breve olhar para as escolas - e para as pessoas que nela passam – é o suficiente para se constatar que a educação pública, embora seja um direito, vem sendo severamente atacada e sucateada no Estado de São Paulo. Além das questões relacionadas à qualidade, também é evidente a diminuição da rede em tamanho e oferta de vagas. De acordo com dados do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes ao Censo Escolar dos anos 1999 e 2020, no Ensino Fundamental (regular) o atendimento da rede paulista caiu de 64% para 37% da demanda geral neste intervalo de tempo, enquanto as escolas particulares saltaram de 12% para 21%. O Ensino Médio na rede estadual (regular e presencial) atendia inicialmente 84% das matrículas, chegando a 81% em 2020, enquanto as escolas particulares saltaram de 14% para 17%.

No que se refere à oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a diminuição na quantidade de matrículas tem proporções gigantescas, conforme demonstra o Gráfico 1. Em 2001 a rede paulista ultrapassou a marca de 542 mil alunos matriculados em turmas presenciais e, em 2020, esse número chegou a pouco mais de 184 mil. Com relação às matrículas nos cursos semipresenciais da EJA, verificamos que começaram a ser apontadas a partir do Censo Escolar de 2005, quando a rede paulista registrou 231 mil alunos, regredindo para 74 mil em 2020.

Gráfico 1- Matrículas na EJA na rede do Estado de São Paulo de 1999 a 2020



Fonte: Censo Escolar – INEP de 1999 a 2020 (elaborado pela autora)

Partindo da utilização de técnicas demográficas³ para considerar a população fora da idade escolar esperada, uma recente e importante pesquisa indica

[...] que há uma parcela importante da população adulta, residente no estado de São Paulo, a qual segue com a educação básica incompleta. Ela conforma um estoque que pode ser convertido em demanda potencial para a EJA. O volume desse estoque, por sua vez, pode ser estimado por meio de fonte e método demográficos. Assim, buscou-se, por meio da aplicação do modelo Profluxo, estimar o número de jovens e adultos que não concluíram a educação básica e que constituem, portanto, um estoque invisível para a maioria das políticas educacionais. Nesse sentido, o modelo elaborado há 30 anos mostra-se útil para analisar os avanços educacionais da população, bem como os seus desafios, a partir de fontes de dados demográficos. (LONGO e VIEIRA, 2021, p. 14-15).

No referido estudo, as autoras apresentam números que colocam em xeque a argumentação dos recentes governos que, ao serem questionados sobre a diminuição da oferta escolar a jovens e adultos, repetidamente se justificam utilizando a diminuição da população como sendo a única razão. Ainda que reconheçam a existência real de uma redução populacional, as pesquisadoras comprovam que ela não chega a ser significativa a ponto de afetar - de forma tão severa - as matrículas escolares. Comprovam, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios (PNAD), um estoque de 12 milhões de pessoas entre 19 e 64 anos de idade, aptas a ingressar na educação básica no Estado de São Paulo em 2015.

Mesmo com todo o comprovado potencial público para atendimento na EJA, em 2015, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc/SP) apresentou proposta do que chamava de “reorganização da rede”, onde pretendia seguir com o projeto de separar escolas por segmentos e etapas de ensino, bem como encerrar o atendimento noturno na maioria das unidades que ainda o ofertavam, mantendo apenas algumas escolas por região para atendimento dos alunos trabalhadores. Uma ação que atingiria brutalmente a oferta da EJA, mas que precisou ser abortada pelo governo em razão da resistência dos estudantes, que construíram o movimento de ocupação das escolas, conseguindo impedir sua implantação naquele momento.

³Utilização do Profluxo: modelo matemático formal que utiliza bases de dados demográficos para aprimorar a estimativa dos indicadores educacionais. Foi proposto no Brasil a partir da década de 1980 por Fletcher e Ribeiro (1987, 1989) com o objetivo de corrigir os equívocos que as estatísticas oficiais apresentavam até então e, em razão disso, induziam a criação de políticas educacionais equivocadas.

Passados mais de cinco anos daquela tentativa de reorganização, o que percebemos hoje na rede é que, infelizmente, ela seguiu sendo realizada, ainda que de forma mais lenta e silenciosa (CASSIO et al, 2016), principalmente no que diz respeito ao encerramento do período noturno em diversas escolas e à manutenção do atendimento da EJA em apenas algumas poucas unidades de cada região. Nos casos de encerramento da EJA, as tratativas seguem de forma individual, em reuniões blindadas entre o dirigente de ensino e o diretor da escola, sem nenhuma participação ou consulta à comunidade e, portanto, na contramão dos princípios da gestão democrática.

Tamanha insistência na forçada diminuição da rede vai ao encontro das novas formas de gestão pública (SHIROMA & EVANGELISTA, 2015; OLIVEIRA, 2015) e das políticas de austeridade fiscal (ROSSI & DWECK, 2016; CARA & PELLANDA, 2018) que atendem ao ideário neoliberal. Com essência gerencial, incorporam os princípios da gestão do setor privado: racionalização de recursos, planejamento estratégico e responsabilização. Com a justificativa central na redução de gastos públicos, deixam de lado as preocupações com a oferta de uma educação pública de qualidade, ainda que este seja um direito da sociedade.

O Novo Ensino Médio na rede estadual paulista

A reforma do Ensino Médio se deu inicialmente pela Medida Provisória nº. 746/2016, e posteriormente como Lei nº. 13.415/2017. Foi promovida pelo Ministério da Educação (MEC) do governo Temer, num período em que Rossieli Soares⁴ – atual Secretário da Educação no Estado de São Paulo – era o Secretário da Educação Básica do MEC e, portanto, teve importante influência e participação na reforma, desde a redação até a implantação.

Permeada de polêmicas e retrocessos, foi apresentada por seus apoiadores a partir de justificativas amparadas em uma visão economicista e privatista de educação: desempenho nos testes padronizados de larga escala em nível nacional e internacional, necessidade de profissionalização dos jovens e excesso na

⁴Rossieli Soares da Silva é um advogado gaúcho, com mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Foi Secretário da Educação no Amazonas (2012 a 2016), Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação (2016-2018) e Ministro da Educação (2018) na gestão de Michel Temer. Desde 2019 é Secretário da Educação do Estado de São Paulo, nomeado pelo Governador João Dória para a gestão 2019-2022.

quantidade de disciplinas ofertadas (SILVA, 2018). No cerne das alterações está a reorganização curricular determinada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), combinada a diferentes itinerários formativos e amparada na formação por competências como modelo pedagógico.

A formação por competências está consolidada há tempos como centro nevrálgico das políticas curriculares, visto que encabeça a lista das palavras de ordem do ideário neoliberal que, desde a década de 1990, segue prometendo a solução para os problemas educacionais brasileiros num processo falacioso e redundante, mas que, infelizmente, vem colaborando muito para que retrocessos sejam executados.

Há uma importante contribuição científica comprovando que tal modismo não possibilita a formação integral dos estudantes (SAVIANI, 2008; DUARTE, 2001; 2010), pois é apenas mais uma das faces do capitalismo interferindo na manutenção do modelo econômico e na formação dos futuros trabalhadores e consumidores.

[...] “a pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz epistemológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado” (SAVIANI, 2008, p. 437).

Ainda assim, os governos seguem negando a ciência e insistindo na formação por competências como se fosse o melhor e o único caminho para a educação de qualidade. O setor privado, através de seus institutos e organizações, segue repetindo esse discurso como se fosse um mantra ou uma reza que, sendo tantas vezes repetida, acaba se tornando verdade para muitas pessoas e ganhando força junto à opinião pública, dificultando muito qualquer possibilidade de resistência ou de contraditório. Inclusive dentro das próprias escolas e diretorias de ensino, quando alguém ousa tecer críticas, é retribuído com olhares de espanto pela grande maioria, como se o assunto fosse sagrado, classificando os críticos como verdadeiros hereges da formação por competências.

O negacionismo científico ganhou muito espaço e força com a pandemia da Covid-19, quando uma parcela da população, encorajada pela postura do Presidente Jair Bolsonaro, se recusa a aceitar as comprovações da ciência no combate ao

vírus: questionam as vacinas, se recusam a usar máscaras, insistem em defender tratamento precoce sem eficácia, dentre outros. Mas é importante registrarmos que o negacionismo está instituído há muito mais tempo nas políticas educacionais, inclusive pelas mãos de quem acusa o presidente de negacionismo. Uma maliciosa e perversa estratégia dos governos do PSDB: condenam o negacionismo na saúde⁵, mas exercem o negacionismo na educação.

Na rede estadual de São Paulo, o processo oficial de implantação do Novo Ensino Médio teve início em 2020, com a criação do documento oficial do Currículo Paulista, a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação e posterior homologação do Secretário, que era o Ministro da Educação em 2018, quando a BNCC foi homologada.

No ano anterior, a Seduc/SP declara ter realizado pesquisas e seminários com estudantes e profissionais das escolas públicas e privadas, alegando ser necessária a participação de todos na construção do documento final do currículo, num aparente exercício da democracia de fachada, onde não houve espaço para se ouvir o contraditório. O que houve foi a aplicação de pesquisas com questões fechadas para uma quantidade pouco significativa de pessoas, e que não deveria ter sido considerada como uma amostra representativa e, portanto, apresenta alinhamento com o processo de consulta realizado em nível federal quando da implantação da BNCC, cujo participacionismo foi identificado por Cassio (2017, p. 8), como um processo em que a “participação” nas consultas tem a função apenas de legitimar o que já estava definido anteriormente, e não colaborar efetivamente na construção de uma proposta.

A Seduc/SP informa ter realizado doze grupos focais com professores e estudantes para realizar a escuta, mas não esclarece de que forma tais grupos foram constituídos, nem em quais locais. Confirma, ainda, no próprio documento, que apenas as sugestões consideradas pertinentes e alinhadas às ideias da BNCC foram consideradas:

Após todos esses momentos de escuta com os profissionais da educação, estudantes e sociedade civil, os redatores do currículo analisaram as contribuições, observações e sugestões, inclusive as contribuições vindas da consulta pública, incorporando na versão

⁵Cabe aqui uma ressalva importante: embora afirmem defender a ciência no combate à pandemia, seguem insistindo num retorno presencial forçado das atividades escolares, sem medidas efetivas que garantam a segurança de estudantes e trabalhadores.

preliminar do documento aquelas consideradas pertinentes à natureza de um documento curricular e afinadas com as definições pedagógicas da BNCC. (SÃO PAULO, 2020, p. 22).

Nas páginas iniciais do documento, são apresentadas as instituições que colaboraram com sua elaboração, dentre as quais destacamos Instituto Ayrton Senna, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Inspirare, Instituto Politize, Instituto Porvir, Instituto Reúna e Parceiros da Educação (SÃO PAULO, 2020, p. 5). Na rede estadual paulista há um espaço cada vez maior para interferências diretas do setor privado, configurando o que se denomina como Neoliberalismo de Terceira Via (PERONI, 2003, 2009; NEVES, 2005), que se apresenta como uma suposta alternativa para a solução dos problemas do Estado, mas que, no fundo, carrega os mesmos princípios centrais do neoliberalismo: livre mercado, privatizações e flexibilização do trabalho.

Partindo da premissa de que é na existência de um Estado inflado que está a culpa pela crise, implementam a ideia de que a lógica empresarial deve ser vista, portanto, como sinônimo de qualidade para a gestão pública, determinando uma nova relação entre Estado e sociedade civil, que deve ser “efetivada pelas parcerias com empresas e com o terceiro setor. O terceiro setor é a parte instrumental para a realização do projeto político da Terceira Via” (PERONI, 2009, p. 19).

O documento orientador do Currículo Paulista apresenta o conceito de educação integral como a base da formação, a partir do compromisso “com o desenvolvimento do estudante em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural” (SÃO PAULO, 2020, p. 23). Reitera as dez competências gerais da educação básica elencadas na BNCC, e as complementa com destaque para as competências socioemocionais.

As competências socioemocionais configuram um modismo pedagógico amparado em referências pseudocientíficas para defender o desenvolvimento de pessoas centradas em seus projetos de vida individuais que, para serem alcançados, dependem de estabilidade e controle emocional. Na teoria, prometem reduzir a desigualdade social na medida em que cada indivíduo passa a ser o empreendedor de sua própria prosperidade. Na prática, colaboram para criação de sujeitos conformados, dóceis e subservientes, capazes de aceitar em silêncio todo tipo de desigualdade e injustiça a que forem submetidos, numa lógica que coloca a educação a serviço dos interesses do capital, visto que colabora para a construção

da ideia equivocada de que o indivíduo pode ser o que ele quiser, como se seu desenvolvimento emocional dependesse apenas dele, e não fosse também mediado pela materialidade das condições da sociedade em que vive. Neste processo, cada indivíduo carrega a própria culpa por não conseguir alcançar os objetivos de vida e, em razão do sentimento de incompetência individual, acaba se conformando com qualquer coisa, qualquer salário, qualquer condição de trabalho.

Neste sentido, embora propague o exercício de uma educação integral, reduz a formação dos estudantes a um modelo de adaptação e naturalização da sociedade capitalista, indo na contramão do que defendemos, a partir das contribuições do marxismo e da pedagogia crítica, para que seja superado o modelo hegemônico de educação a serviço do capital.

Considerando o aluno como um ser global, a perspectiva histórico-crítica concebe a sistematização e a socialização do conhecimento a partir das relações entre a teoria e a prática, em um modelo educacional que chama para si a concepção de educação integral, ressaltando “a especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como elementos necessários ao desenvolvimento cultural, que concorrem para o desenvolvimento humano em geral”. (SAVIANI, 2008b, p. 103).

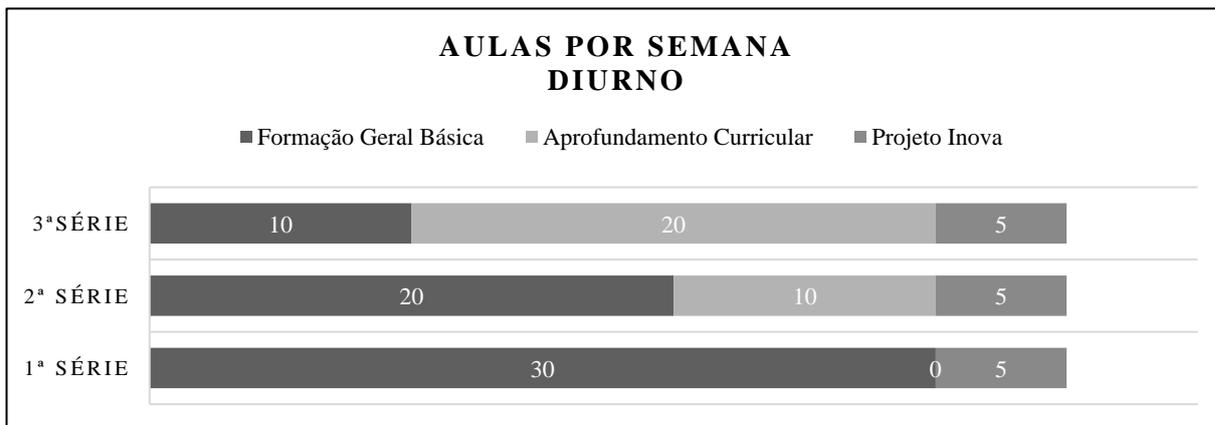
Para a organização do trabalho pedagógico, o Currículo Paulista determina que deve estar amparado em aprendizagens essenciais, a partir das quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Com relação à flexibilização curricular, defende os itinerários formativos a partir de diferentes arranjos curriculares, “propiciando ao estudante desenvolver e fortalecer sua autonomia, considerando seu projeto de vida” (SÃO PAULO, 2020, p. 196). Na etapa final do documento, são apresentados os itinerários formativos possíveis na rede, bem como a organização curricular e cada um deles, com habilidades, competências e pressupostos metodológicos já definidos.

A distribuição da carga horária será feita entre Formação Geral Básica, Aprofundamento Curricular e Projeto Inova⁶, conforme apresenta o Gráfico 2. Importante ressaltar que os estudantes, ao chegarem na terceira série, terão apenas dez aulas semanais de disciplinas da formação geral.

⁶Inova Educação é um programa implantado na rede estadual em 2020, que acrescenta três disciplinas na carga horária de estudantes: Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologias. <https://inova.educacao.sp.gov.br>

Gráfico 2 – Distribuição da carga horária – Novo Ensino Médio - SP



Fonte: Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE)⁷

As Matrizes Curriculares do ensino médio ainda não foram divulgadas e, portanto, há um curso já em funcionamento nas escolas cuja composição curricular é desconhecida. Os planos escolares de 2021 serão homologados pelos dirigentes regionais com uma Matriz Curricular incompleta, visto que se conhece apenas a estrutura da primeira série, que já está em curso. Em maio de 2021, a Seduc/SP lançou um edital⁸ via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a contratação de um consultor especialista em estratégia, que será o responsável pela elaboração das matrizes, com a tarefa de entregar todo o trabalho num prazo de onze meses, o que indica que não será conhecida a matriz do curso inteiro nem no início do ano letivo de 2022.

Além disso, as escolas estão sendo cobradas para reestruturação e alinhamento de suas propostas pedagógicas à reforma, mesmo sem conhecer a estrutura completa do curso que estão oferecendo. Enquanto isso, o Secretário e sua equipe seguem empenhados em apresentar para todos da rede o que chamam de “arquitetura do novo ensino médio”. Uma infinidade de *lives* foram (e continuam sendo) realizadas no Centro de Mídias da Educação de São Paulo⁹ (CMSP),

⁷ Materiais disponíveis em <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista>

⁸ O edital UNESCO - Projeto 914BRZ1077 – nº 05/2021 - Consultoria técnica especializada para elaboração de proposta das Matrizes Curriculares e de Estratégia para Apresentação e Implementação dos Itinerários do Novo Ensino Médio para a rede estadual de educação de São Paulo está disponível na íntegra em <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Edital-SEDUC.docx.pdf>

⁹ O CMSP é a plataforma digital da Seduc/SP para formação dos profissionais e aulas para os estudantes. A pandemia da Covid-19 possibilitou sua criação e constante ampliação, abrindo portas para o ensino híbrido, educação mediada por tecnologia e altos investimentos financeiros. O

apresentando um sem-fim de slides e discursos para esclarecimentos e convencimentos.

Nas turmas de período diurno, já foi divulgado que a carga horária anual será de 1050 horas, totalizando 3050 horas no curso. Além disso, cada uma das opções do aluno por Aprofundamento Curricular será composta por Unidades Curriculares (UCs) distintas, cada uma com a duração de um semestre. O aluno cursará duas UCs na 2ª série e quatro UCs na 3ª série. Cada UC terá 150 horas, distribuídas em 10 aulas por semana. Serão compostas por Componentes Curriculares e a atribuição de aulas será feita por eles, e não mais por disciplinas.

Tabela 1 – Unidades Curriculares (UCs)

1ª série		2ª série		3ª série	
1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
-	-	UC 1	UC 2	UC3	UC 5
-	-	-	-	UC 4	UC 6

Fonte: CMSP - Apresentação e arquitetura dos itinerários formativos de linguagens. 23/06/2021¹⁰

Os itinerários formativos serão compostos por cinco aulas do Projeto Inova, além do aprofundamento escolhido pelo aluno, a partir de onze possibilidades¹¹. O aluno pode optar por se aprofundar em uma das áreas puras, por áreas integradas ou por formação técnica:

- Linguagens e suas Tecnologias;
- Matemática e suas Tecnologias;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- Linguagens e suas Tecnologias + Matemática e suas Tecnologias;
- Linguagens e suas Tecnologias + Ciência Humanas e Sociais Aplicadas;
- Linguagens e suas Tecnologias + Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- Matemática e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Matemática e suas Tecnologias + Ciências da Natureza e Suas Tecnologias;

endereço do site é <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br>. O repositório de vídeos está disponível em: <https://www.youtube.com/centrodemidiasp1>

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ThJvzmac4JA>

¹¹ Os itinerários foram abordados em uma infinidade de formações e materiais da Seduc/SP. Podem ser verificados com mais detalhes em Live Novo Ensino Médio SP – 28/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jggyucY7be8>

- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas + Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- Formação Técnica Profissional.

A partir da manifestação de interesse dos alunos, cada escola deverá organizar os itinerários que serão oferecidos no ano seguinte, considerando a quantidade de turmas que atende e as possibilidades de oferta que se afinem ao máximo com o desejo dos estudantes – mas sempre seguindo a cartilha do repertório de possibilidades determinado pela Seduc/SP. Importante ressaltar que há uma iniciativa explícita por parte da Secretaria em valorizar a opção pela formação técnica com o Novotec¹², contribuindo para que todos acreditem que isso garantirá a entrada e a manutenção dos jovens no mercado de trabalho.

Com relação ao ensino médio do período noturno, os problemas são ainda maiores, pois a carga horária mínima exigida não se encaixa dentro do horário de aula regular, que é das 19h às 23h, com cinco aulas diárias de 45 minutos. Ficam faltando dez aulas por semana, ou então oito (se consideramos a dispensa de Educação Física). Neste quesito, a Seduc/SP orienta que cada escola deverá encontrar uma forma de garantir o cumprimento dessas aulas, podendo escolher entre três opções.

1. Aulas pelo CMSP: os conteúdos serão transmitidos de modo síncrono e assíncrono para os estudantes
2. Estudos orientados: terão a possibilidade de estudar com os materiais didáticos (análogo ao modelo CEEJA)
3. Uma aula presencial a mais por dia: para isso a escola precisa ter sala(s) ociosa(s) no período da tarde para permitir que as aulas iniciem às 18h15 (...) os estudantes só conseguem cumprir 5 aulas semanais, sendo necessário complementação das outras 3 aulas aos sábados ou em um dos outros dois modelos.¹³

Os estudantes trabalhadores, portanto, ficam com um prejuízo ainda maior. Neste ponto foi criada a oportunidade de imposição do ensino híbrido e da educação à distância – um desejo antigo do governo paulista, cujo terreno vinha sendo

¹²O Novotec é um programa do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com o Centro Paula Souza e a Secretaria de Educação, que oferece cursos de habilitação técnica e de qualificação profissional aos jovens estudantes do ensino médio da rede estadual, alinhado com as demandas do mercado de trabalho. <http://www.novotec.sp.gov.br>

¹³Apresentação e arquitetura do Novo Ensino Médio e detalhamento dos itinerários formativos. 14/06/2021. Disponível em: <https://repositorio.educacao.sp.gov.br/#!/midia?videoPlay=14918&id=0>

semeado aos poucos, mas que a pandemia acabou dando abertura e criando possibilidades de aceleração dos processos de consolidação.

Portanto, é nessa conjuntura que se dá o processo de mudança do ensino médio (regular e EJA) no Estado de São Paulo, com alicerces no negacionismo, no autoritarismo e no participacionismo: negacionista porque recusa a ciência e segue insistindo em um modelo que vai em desencontro de uma formação verdadeiramente integral; autoritário porque gerencia por imposição e sem aceitar questionamentos; participacionista porque simula uma democracia que, sabemos, é de fachada.

Um modelo curricular imposto, apresentado como a oitava maravilha do mundo a partir de discursos romantizados e emotivos, e que segue atendendo exclusivamente aos interesses do capital. Enquanto assistimos a esse forte ataque contra a formação de nossas futuras gerações, nos deparamos com o secretário e seus fiéis escudeiros mantendo as ações de divulgação com frases do tipo: “O Novo Ensino Médio vai aproximar os estudantes do mercado de trabalho”; “São os sonhos dos nossos jovens em movimento”; “A vontade dos estudantes finalmente será respeitada”; “Precisamos incentivar e valorizar o projeto de vida dos nossos jovens”.

A implantação do EJATEC

O novo currículo também será implantado oficialmente na EJA a partir de 2022, com as mesmas premissas de itinerários formativos do Novo Ensino Médio. Mas, diferente do que se vem fazendo com os alunos das turmas anuais, para os estudantes da EJA não houve nenhuma escuta, escolha ou participação.

Não é de hoje que as políticas para a educação de jovens e adultos são permeadas de uma intencionalidade que mantém a modalidade numa posição marginalizada, como apontou Di Pierro (2005). Nas mais de trezentas páginas do documento orientador do Currículo Paulista, apenas duas foram reservadas para tratar especificamente da EJA. São cinco parágrafos onde a Seduc/SP apresenta seu conceito de EJA a partir da legislação e dos princípios apontados pela UNESCO para a educação ao longo da vida, defende a importância de metodologias ativas e finaliza com a visão específica sobre formação para o trabalho.

(...) é necessário considerar que muitos estudantes dessa modalidade são trabalhadores, portanto, as atividades devem fazer conexão com o eixo "mundo do trabalho", possibilitando ao indivíduo "reconstruir" a sua aprendizagem, partindo de sua vivência cotidiana para construir e sistematizar os conhecimentos científicos. (SÃO PAULO, 2020, p. 41).

Para a parcela de jovens e adultos trabalhadores que são alunos da rede, a Seduc/SP preparou algo mais específico e unitário: o Programa EJATEC. Até o momento, não há pronunciamento algum sobre a possibilidade de oferta dos outros dez possíveis itinerários, deixando evidente a tendência em forçar que os alunos caminhem pela trajetória profissionalizante mesmo sem tê-los ouvido, e mesmo que a legislação garanta a oferta de outros caminhos.

O EJATEC é uma das modalidades do Novo Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos. O programa conecta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional em EAD, visando aumentar a empregabilidade dos estudantes e estimular a continuidade dos estudos¹⁴.

O EJATEC está inserido em um dos cursos do Novotec, fomentados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e, além disso, é um projeto que tem o apoio do Banco Itaú¹⁵ e que segue sendo implantado em vários outros estados do país. O programa iniciará como piloto no segundo semestre de 2021, ofertado exclusivamente a estudantes de 2º Termo do Ensino Médio que aderiram ao projeto, por opção individual. A partir de 2022, não haverá mais a opção, sendo o modelo obrigatório a todos os estudantes da EJA a partir do 2º Termo.

Como objetivos¹⁶ do Programa, a Seduc/SP elenca: 1) conectar a Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional; 2) cumprir a Lei do Novo Ensino Médio; 3) aumentar a empregabilidade dos estudantes; 4) estimular a continuidade dos estudos no Técnico Modular.

Nesse formato, são mantidas as 1200 horas da Formação Geral Básica, acrescidas de 45 horas de Projeto de Vida e 300 horas de qualificação profissional (referente a 1/3 de um curso técnico modular). Sendo assim, o curso deixará de ter

¹⁴ Definição do EJATEC disponível no site do programa: <http://www.novotec.sp.gov.br/ejatec>

¹⁵ Itaú Educação e Trabalho: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/presskit/itau-educacao-e-trabalho>

¹⁶ Apresentação da Formação Profissional na EJA. 16/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OziD7kSaN2Q>

duração total de três semestres, e passará para quatro semestres – a diferença na distribuição da carga horária nos termos pode ser verificada nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Carga horária EJA - Ensino Médio (atual)

	2021.2	2022.1	2022.2	Total
	1º Termo	2º Termo	3º Termo	
Formação Geral Básica	405	405	405	1215

Fonte: Anexo 17 da Resolução Seduc nº. 85/2020

Tabela 3 – Carga horária EJATEC

	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	Total
	1º Termo	2º Termo	3º Termo	4º Termo	
Formação Geral Básica	405	285	270	240	1200
Projeto de Vida	0	15	15	15	45
Profissionalizante	0	90	105	105	300

Fonte: Apresentação da proposta de Formação Profissional na EJA – 16/04/2021¹⁷

A EJA na rede paulista tem, atualmente, a matriz constituída por componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, sendo assegurada a carga de 405 (quatrocentas e cinco) horas semestrais, que equivalem a 540 (quinhentos e quarenta) aulas.

Tabela 4 – Matriz Curricular EJA - Ensino Médio (atual)

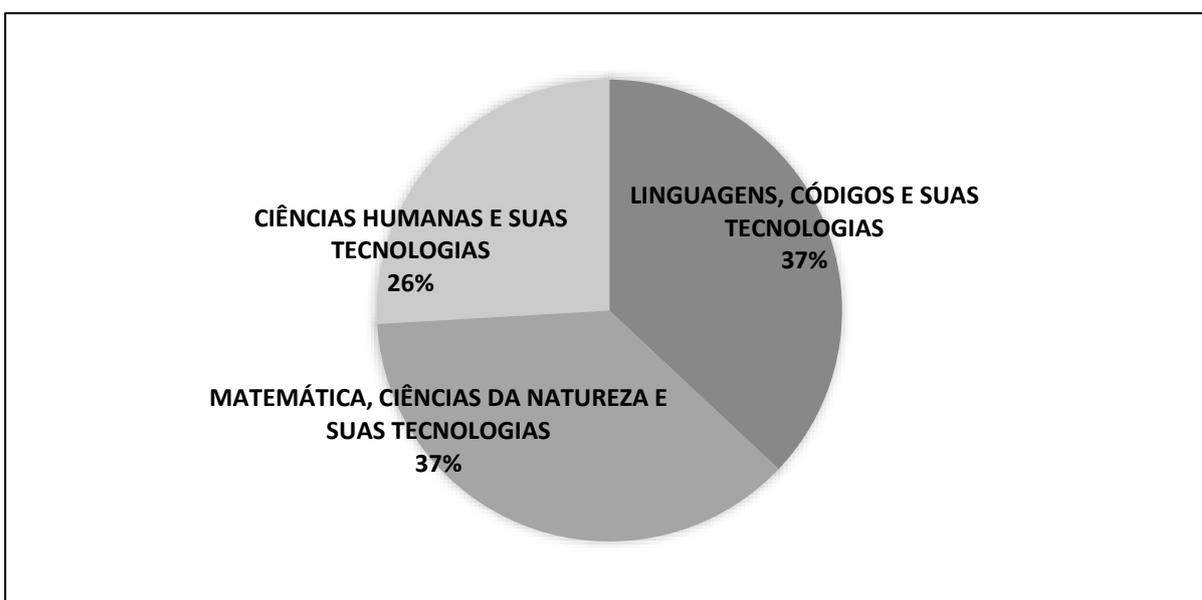
AULAS DE 45 MINUTOS x 20 SEMANS					
	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS		
			1 TERMO	2 TERMO	3 TERMO
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4
		LÍNGUA INGLESA	2	2	2
		ARTE	2	2	2
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	4	4	4
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	QUÍMICA	2	2	2
		FÍSICA	2	2	2
		BIOLOGIA	2	2	2
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	2	2	2
		GEOGRAFIA	2	2	1
		FILOSOFIA	1	2	2
		SOCIOLOGIA	2	1	2
	TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS			27	27
TOTAL GERAL DE AULAS SEMESTRAIS			540	540	540
TOTAL GERAL DE HORAS SEMESTRAIS			405	405	405

Fonte: Anexo 17 da Resolução Seduc nº. 85/2020

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OziD7kSaN2Q>

Conforme é possível verificar na Tabela 4, as aulas estão distribuídas em três termos semestrais, de forma que Língua Portuguesa e Matemática têm maior quantidade de aulas (quatro por semana) e as outras disciplinas têm duas aulas por semana, com exceção feita a algumas disciplinas de Ciências Humanas, que chegam a uma única aula por semana em alguns semestres. Desta forma, percebemos um desequilíbrio entre as áreas, ficando a carga horária em Humanas menor, como apontado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Carga horária das áreas – EJA Ensino Médio (atual)



Fonte: Anexo 17 da Resolução Seduc nº. 85/2020 (elaborado pela autora)

No EJATEC, a organização curricular está regulamentada pela Resolução Seduc nº. 61, de 14 de julho de 2021, que dispõe especificamente sobre a EJA de Ensino Médio na rede estadual. Na publicação, a resolução apresenta uma matriz cujo itinerário formativo tem os componentes curriculares em branco, conforme apresentamos na Tabela 5. Também aponta a possibilidade de itinerários (no plural), ainda que tenhamos constatado apenas uma única possibilidade ofertada para 2021, que é a Qualificação para Auxiliar Administrativo.

Importante ressaltar que a referida resolução foi publicada no último dia de trabalho da rede antes do período de férias escolares, cujo retorno se dará no mesmo dia do início letivo com alunos. Desta forma, não há previsão de nenhum momento para planejamento ou apropriação da proposta por parte das equipes

antes do início das aulas, contradizendo o objetivo da Seduc/SP de promover a integração entre formação básica e profissional. Nas escolas, não há nenhuma informação sobre as disciplinas que serão cursadas no itinerário formativo.

Tabela 5 – Matriz Curricular EJATEC

AULAS DE 45 MINUTOS x 20 SEMANAS							
	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES	AULAS SEMANAIS				
			1 TERMO	2 TERMO	3 TERMO	4 TERMO	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	3	3	2	
		LÍNGUA INGLESA	2	1	1	2	
		ARTE	2	1	2	1	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	0	
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	4	3	2	3	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	QUÍMICA	2	2	1	1	
		FÍSICA	2	2	1	1	
		BIOLOGIA	2	1	1	2	
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	2	1	2	1	
		GEOGRAFIA	2	1	1	1	
		FILOSOFIA	1	1	1	1	
		SOCIOLOGIA	2	1	1	1	
	TOTAL DE AULAS SEMANAIS			27	19	18	16
	ITINERÁRIO FORMATIVO			0	6	7	7
	TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS			27	25	25	23
	TOTAL GERAL DE AULAS SEMESTRAIS			540	500	500	460
TOTAL GERAL DE HORAS SEMESTRAIS			405	375	375	345	

Fonte: Resolução Seduc nº. 61/2021.

A carga horária total de cada uma das disciplinas segue a mesma, exceção feita à Filosofia, que perdeu uma aula nessa transição. Ainda assim, se faz necessário destacar a fragmentação dos componentes, com diversas situações de apenas uma aula semanal, e do quanto este formato dificulta que as aulas avancem para aprofundamento dos conteúdos. Na prática, quando o professor conseguir fazer engrenar a aula, ela já estará quase terminando, e ele não retornará para a mesma turma antes de uma semana.

Ao concluir os quatro semestres, o aluno terá dois certificados: o de ensino médio (emitido pela escola onde cursou a EJA) e o de auxiliar (emitido pelo Centro Paula Souza). Caso queira prosseguir com a formação profissionalizante, o aluno

deverá cursar mais um ano em uma escola técnica para conquistar o certificado de técnico.

A carga horária profissionalizante do EJATEC será ofertada pelo Centro Paula Souza através de seu ambiente virtual, oficializando a entrada do Ensino à Distância na rede paulista. São cursos autoinstrucionais já existentes - criados pelo próprio Centro Paula Souza, pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) ou por parceiros do setor privado - que serão oferecidos aos alunos da EJA preferencialmente às sextas feiras, quando estarão nas salas de informática das escolas para realizar as aulas à distância, acompanhados por um professor da EJA que terá a única função de orientar a utilização correta da plataforma, sem interferência sobre conteúdos e assuntos pedagógicos.

A Seduc/SP abriu inscrições para que os interessados, que já são professores da escola e vinculados à EJA, se inscrevam em curso a ser realizado no início de agosto, denominado Práticas de Orientação de Estudos – 1ª Edição/2021, no ambiente virtual da Escola de Formação de acordo com portaria publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 09/07/2021 (Executivo I, p. 20).

Tabela 6 – Exemplo da semana do aluno – 2º Termo

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
INGLÊS	QUÍMICA	SOCIOLOGIA	LÍNG. PORT	EPT
MATEMÁTICA	HISTÓRIA	ARTE	FÍSICA	EPT
MATEMÁTICA	LÍNG. PORT	FÍSICA	MATEMÁTICA	EPT
QUÍMICA	LÍNG. PORT	P. VIDA	EPT	EPT
GEOGRAFIA	FILOSOFIA	BIOLOGIA	-	EPT

Fonte: Apresentação da proposta de Formação Profissional na EJA – 16/04/2021¹⁸

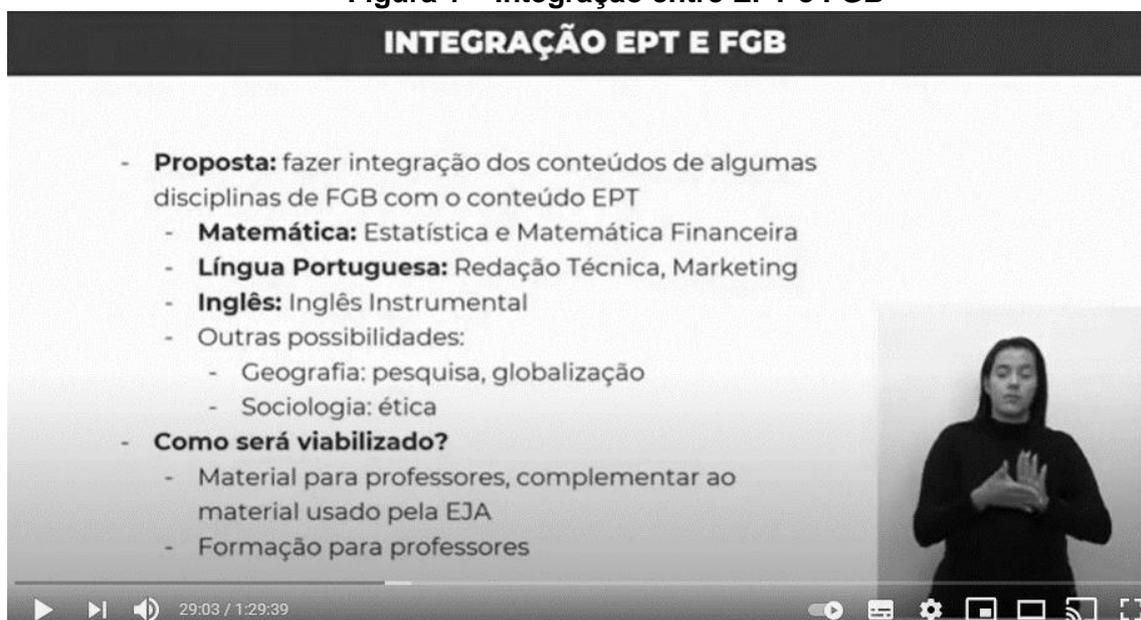
De um lado estão os professores da escola, para oferecer a Formação Geral Básica (FGB), sem conhecer, no entanto, os assuntos que estão sendo abordados na Educação Profissional Técnica (EPT). Do outro lado, um conjunto de vídeos e atividades robotizadas, prontas há muito tempo, e que estão sendo aproveitadas nessa ação desnorreada que a Seduc/SP ousa chamar de programa, ainda que não tenha programado nada, além de juntar dois cursos que já existiam separadamente e então apresentá-los como se fossem uma coisa só, sem preocupação com organização, planejamento, currículo, integração e, principalmente, sem nenhum

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OziD7kSaN2Q>

cuidado com a formação que se oferece aos jovens e adultos estudantes da rede com essa junção.

Quando se refere à integração entre EPT e FGB, a Seduc/SP oferece uma pequena lista de propostas para os professores da escola, sugerindo que submetam a formação básica aos interesses da formação técnica. Num único slide apresentam a receita para o modelo daquilo que chamam de integração (Figura 1), indo em total desencontro ao que se espera de uma educação integral.

Figura 1 – Integração entre EPT e FGB



Fonte: Apresentação da proposta de Formação Profissional na EJA – 16/04/2021¹⁹

Como se já não bastasse condicionar a educação escolar ao modelo da formação por competências, agora também pretendem (de forma oficial e explícita) sujeitá-la unicamente à preparação para o trabalho.

[...] preparação para o trabalho tem significado sempre preparação para o mercado, com prejuízo de funções mais elevadas da escola. Isso precisa ser combatido de forma veemente, pois trata de arrebatá-la a escola (seus fins e propósitos) das mãos do capital, ou pelo menos fazer o máximo nesse sentido. Essa tarefa envolve, antes de tudo, um repensar global da escola, que ultrapasse visões parciais a respeito do problema. (PARO, 1999, p. 113).

Manter a centralidade da escola na formação para o trabalho apenas reforça a reprodução de um modelo de vida que vai em desencontro do que projetamos

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OziD7kSaN2Q>

como formação integral dos sujeitos, com vistas à transformação da sociedade em algo mais justo e menos desigual. Assim como afirma Moura (2014), a centralidade deve estar nos sujeitos, que também podem construir saberes técnicos, mas cuja formação não pode estar limitada apenas a isso.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo os elementos centrais que fundamentam a Reforma do Ensino Médio, sua implantação na rede estadual paulista e os desdobramentos para a Educação de Jovens e Adultos com o EJATEC. Nosso propósito é possibilitar a ampliação das discussões e reflexões acerca de um assunto tão caro à sociedade e que, por seguir em constantes transformações, requer atenção contínua e ampliação das análises.

O EJATEC, ainda que seja apresentado como um programa, não foi programado em nenhum momento. Constatamos que a Seduc/SP apenas fez uso de dois cursos que já existiam e os juntou numa mesma matriz curricular, sem que tenha havido nenhuma preocupação com a concepção de educação ali estabelecida, conteúdos a serem abordados ou orientações aos professores para a realização do trabalho. Juntar a EJA com o Novotec, desta forma, é a mesma coisa que colocar água e óleo em um mesmo copo.

A formação geral oferecida pela EJA teve a sua carga horária pulverizada em quatro semestres, determinando que a quantidade de aulas semanais das disciplinas fosse diminuída e, assim, dificultando o aprofundamento dos assuntos abordados em aula. Além disso, a proposta é que a formação global seja por competências e submetida aos interesses da formação técnica, na construção de uma narrativa esdrúxula de que isso garante a integração entre os dois campos.

A formação profissional será oferecida à distância, em cursos autoinstrucionais que já estão prontos e sendo oferecidos pelo Novotec há muito tempo, ou seja, não se trata de um curso criado para atender a especificidade dos jovens e adultos estudantes. É uma formação profissional construída sobre alicerces muito frágeis, visto que não certifica como técnico e se propõe a fomentar a continuidade posterior dos estudos em escolas do Centro Paula Souza.

O que identificamos, portanto, é uma formação aligeirada, fragmentada, esvaziada de concepções pedagógicas e permeada pelos interesses privatistas em garantir a formação de trabalhadores flexíveis e passivos, para que sigam submetidos ao mercado de trabalho periférico, tudo isso implantado com requintes de participacionismo, negacionismo e autoritarismo, na contramão do que defendemos como uma educação integral de qualidade que, via de regra, forma sujeitos com potencial para transformar a sociedade em um lugar mais justo e solidário.

Referências

CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional 95. In: ROSSI, Pedro.; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza. (orgs.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CÁSSIO, Fernando; CROCHIK, Leonardo; DI PIERRO, Maria Clara; STOCO, Sérgio. Demanda social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da rede estadual de ensino paulista na transição 2015–2016. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, 2016.

CÁSSIO, Fernando. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. In: **Nexo**. Publicado em 02/12/2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Participação-e-participacionismo-na-construção-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>. Acesso em 17 de maio de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005.

DUARTE, Newton. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 18, pp. 35-40, 2001.

_____. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton. (orgs.) **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FLETCHER, Phillip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. O Ensino de primeiro grau no Brasil de hoje. **Em Aberto**. Brasília: Inep, v. 6, n. 33, p. 1-10, jan./mar. 1987.

_____. **Modeling Education System Performance with Demographic Data**: an introduction to the PROFLUXO Model. Paris: Unesco, 1989.

LONGO, Flávia V.; VIEIRA, Joice M. Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 2021, v. 38. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0135>. Acesso em 22 de junho de 2021.

MOURA, Dante Henrique. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, vol. 19, nº 39. Vitória: PPGE/UFES, pp. 30-49, jan/jun. 2014.

NEVES, Lucia Maria W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Dalila A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo, Xamã, 1999.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____, et al. Terceira Via, Terceiro Setor e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil. **Educação: Teoria e Prática** - v. 19, n.32, jan.-jun.-2009.

ROSSI, Pedro.; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, p. 1, 2016.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio**. Seduc/SP, 2020.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução Seduc nº. 85**, de 19 de novembro de 2020. Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas, 2020.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução Seduc nº. 61**, de 14 de julho de 2021. Dispõe sobre a organização curricular de cursos da Educação de Jovens e Adultos etapa Ensino Médio, 2021.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2008a.

_____. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008b.

SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v.4, n.11, p.21-38, set. 2015.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.